



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAPANEMA
FACULDADE DE HISTÓRIA

MICHELE ROCHA BARRETO

COMUNIDADE QUILOMBOLA TIPITINGA (SANTA LUZIA DO PARÁ):
ENTRE MEMÓRIAS E SABERES SOBRE A FARINHA DE MANDIOCA

CAPANEMA - PARÁ

2026

MICHELE ROCHA BARRETO

**COMUNIDADE QUILOMBOLA TIPITINGA (SANTA LUZIA DO PARÁ):
ENTRE MEMÓRIAS E SABERES SOBRE A FARINHA DE MANDIOCA**

Trabalho apresentado como requisito
Final para obtenção do título de Licenciada
em História, pela FAHIST, na Universidade
Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a Eliane Cristina
Soares Charlet

CAPANEMA - PARÁ

2026

RESUMO

Este estudo analisa as memórias e os saberes relacionados à produção da farinha de mandioca na comunidade quilombola Tipitinga, localizada no município de Santa Luzia do Pará, nordeste paraense. A pesquisa teve como objetivo compreender de que maneira os conhecimentos associados à produção da farinha contribuem para a preservação da memória coletiva, da identidade cultural e dos modos de vida da comunidade. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada na História Oral, com realização de entrevistas semiestruturadas e observações de campo junto aos moradores da comunidade. Os resultados evidenciam que a produção da farinha ultrapassa sua dimensão econômica, constituindo-se como um importante patrimônio cultural transmitido entre gerações. As narrativas revelam a estreita relação entre território, ancestralidade, trabalho familiar e permanência quilombola, demonstrando que os saberes envolvidos no cultivo da mandioca e na fabricação da farinha permanecem centrais para a reprodução social e cultural da comunidade. O estudo também destaca a relevância da organização comunitária, da religiosidade, da educação e do reconhecimento territorial para o fortalecimento da identidade quilombola. Conclui-se que a produção da farinha de mandioca representa um elemento fundamental na preservação das memórias, dos conhecimentos tradicionais e dos vínculos comunitários, reafirmando a importância desses saberes para a continuidade histórica da comunidade quilombola Tipitinga.

Palavras-chave: Comunidade quilombola; História Oral; Memória; Farinha de mandioca; Saberes tradicionais.

ABSTRACT

This study analyzes the memories and knowledge related to cassava flour production in the Quilombola community of Tipitinga, located in the municipality of Santa Luzia do Pará, in northeastern Pará state. The research aimed to understand how the knowledge associated with flour production contributes to the preservation of collective memory, cultural identity, and the community's way of life. Methodologically, a qualitative approach was adopted, based on Oral History, with semi-structured interviews and field observations conducted with community residents. The results show that flour production transcends its economic dimension, constituting an important cultural heritage transmitted between generations. The narratives reveal the close relationship between territory, ancestry, family work, and Quilombola permanence, demonstrating that the knowledge involved in cassava cultivation and flour production remains central to the social and cultural reproduction of the community. The study also highlights the relevance of community organization, religiosity, education, and territorial recognition for strengthening Quilombola identity. It is concluded that the production of cassava flour represents a fundamental element in the preservation of memories, traditional knowledge, and community ties, reaffirming the importance of this knowledge for the historical continuity of the Tipitinga quilombola community.

Keywords: Quilombola community; Oral history; Memory; Cassava flour; Traditional knowledge.

A COMUNIDADE DE TIPITINGA

Segundo Abdias Nascimento, no Brasil, os quilombos são conhecidos por representarem a resistência contra a escravidão e um sistema que, desde sua criação sempre esteve inclinado à opressão e exploração da população preta. Foi por meio da resistência que surgiram os primeiros quilombos no Brasil, a rejeição ao trabalho forçado a que os negros e negras eram obrigados pelos senhores donos de terras. O quilombo representa a tentativa de recuperar a “ liberdade e dignidade “, através da libertação do cativo e da criação de uma comunidade livre (Nascimento, 2013).

As comunidades remanescentes de antigos quilombos emergem nesse momento histórico apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e revelando que não foram poucos os quilombos formados durante a escravidão. Esse processo ocorre dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações do movimento negro unificado (MNU), da comissão nacional de articulações dos quilombos e de outras entidades negras organizadas com ações desde os anos 1980, em torno do território brasileiro (Anjos, 1999).

A comunidade quilombola Tipitinga está localizada no município de Santa Luzia do Pará, na região nordeste do estado do Pará. O acesso à comunidade ocorre por meio do ramal da Transcaeté, situado às margens da BR-316, percorrendo-se aproximadamente 16 quilômetros até o território quilombola. A comunidade é formada majoritariamente por descendentes da família Vitorino Ramos, reconhecida pelos moradores como uma das primeiras famílias a ocupar a área desde 1850. Situada entre os rios Caeté e Curi, a comunidade construiu sua trajetória histórica a partir da relação com a terra, com a agricultura familiar e com os saberes transmitidos entre gerações.

Ao longo dos anos, a comunidade conquistou importantes avanços relacionados ao reconhecimento de seus direitos territoriais e ao fortalecimento de sua organização social. A criação da Associação dos Moradores Quilombolas do Tipitinga (AMORQUIT) representou um importante marco nesse processo, contribuindo para a conquista do título coletivo das terras e para a implementação de melhorias que fortaleceram a permanência das famílias no território. Essas conquistas refletem a mobilização dos moradores em defesa de sua identidade, de sua história e de seus modos de vida.

O interesse pela realização desta pesquisa surgiu a partir das observações realizadas ao longo dos anos sobre a comunidade quilombola Tipitinga. Por residir próximo à comunidade, foi possível acompanhar algumas das transformações vivenciadas

pelos moradores e perceber o fortalecimento de sua organização comunitária e de suas práticas culturais. Entre as comunidades da região, o Tipitinga destaca-se pela valorização de suas tradições e pela capacidade de mobilização em torno de interesses coletivos, características que despertaram o interesse em compreender aspectos de sua história e de seu cotidiano.

Nesse contexto, a produção da farinha de mandioca chamou atenção por ocupar um lugar central na vida da comunidade. Presente no cotidiano das famílias, a farinha constitui uma importante fonte de renda, mas também representa um conjunto de saberes e práticas transmitidos entre diferentes gerações. O processo de produção envolve conhecimentos específicos, relações de cooperação entre familiares e formas de trabalho construídas historicamente pelos moradores. Além disso, as narrativas dos interlocutores revelam que a produção da farinha acompanha a trajetória da comunidade desde suas primeiras gerações, estando diretamente relacionada às estratégias de subsistência, à comercialização dos produtos agrícolas e à preservação de práticas tradicionais.

Nesse sentido, a memória não se constitui apenas como recordação do passado, mas como elemento fundamental na construção das identidades coletivas e dos sentimentos de pertencimento (POLLAK, 1992).

Dessa forma, o presente artigo busca compreender de que maneira os saberes relacionados à produção da farinha de mandioca contribuem para a preservação das memórias e dos modos de vida da comunidade quilombola Tipitinga. Para isso, tem como objetivo analisar as memórias e os saberes associados à produção da farinha de mandioca, buscando compreender sua importância para a construção da identidade cultural da comunidade e para a manutenção de práticas que continuam presentes no cotidiano de seus moradores.

A pesquisa possui abordagem qualitativa e fundamenta-se na utilização da História Oral como procedimento metodológico. De acordo com Portelli (1997), a História Oral permite compreender não apenas os acontecimentos vividos pelos sujeitos, mas também os significados que eles atribuem às suas experiências. Para sua realização foram conduzidas entrevistas com moradores da comunidade quilombola Tipitinga, além de observações realizadas durante as visitas de campo. Os relatos coletados permitiram registrar experiências, memórias e percepções sobre a história da comunidade, suas transformações ao longo do tempo e a importância da produção da farinha de mandioca para a vida social, econômica e cultural dos moradores.

CAMINHOS DA PESQUISA

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender experiências, memórias e significados atribuídos pelos moradores da comunidade quilombola Tipitinga às suas práticas cotidianas e à produção da farinha de mandioca. Para a construção dos dados, utilizou-se a História Oral como principal procedimento metodológico, considerando a importância das narrativas dos sujeitos para a compreensão dos processos históricos e culturais vivenciados pela comunidade.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de visitas de campo realizadas na comunidade quilombola Tipitinga, localizada no município de Santa Luzia do Pará. Durante essas visitas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade, entre eles produtores de farinha, lideranças comunitárias, professores e demais interlocutores que contribuíram com relatos sobre a história local, as transformações ocorridas ao longo do tempo e os saberes relacionados à produção da farinha de mandioca.

Além das entrevistas, foram realizadas observações diretas do cotidiano comunitário e dos espaços relacionados à produção da farinha, permitindo registrar aspectos das práticas produtivas, das relações sociais e das formas de organização presentes na comunidade. Também foram produzidos registros fotográficos utilizados como suporte para a descrição e análise das informações obtidas durante o trabalho de campo.

Os depoimentos coletados foram analisados à luz da História Oral, buscando compreender as memórias, experiências e percepções dos interlocutores acerca da trajetória da comunidade, de suas práticas culturais e dos saberes tradicionais relacionados à produção da farinha de mandioca.

COMUNIDADE QUILOMBOLA TIPITINGA: HISTÓRIA, TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

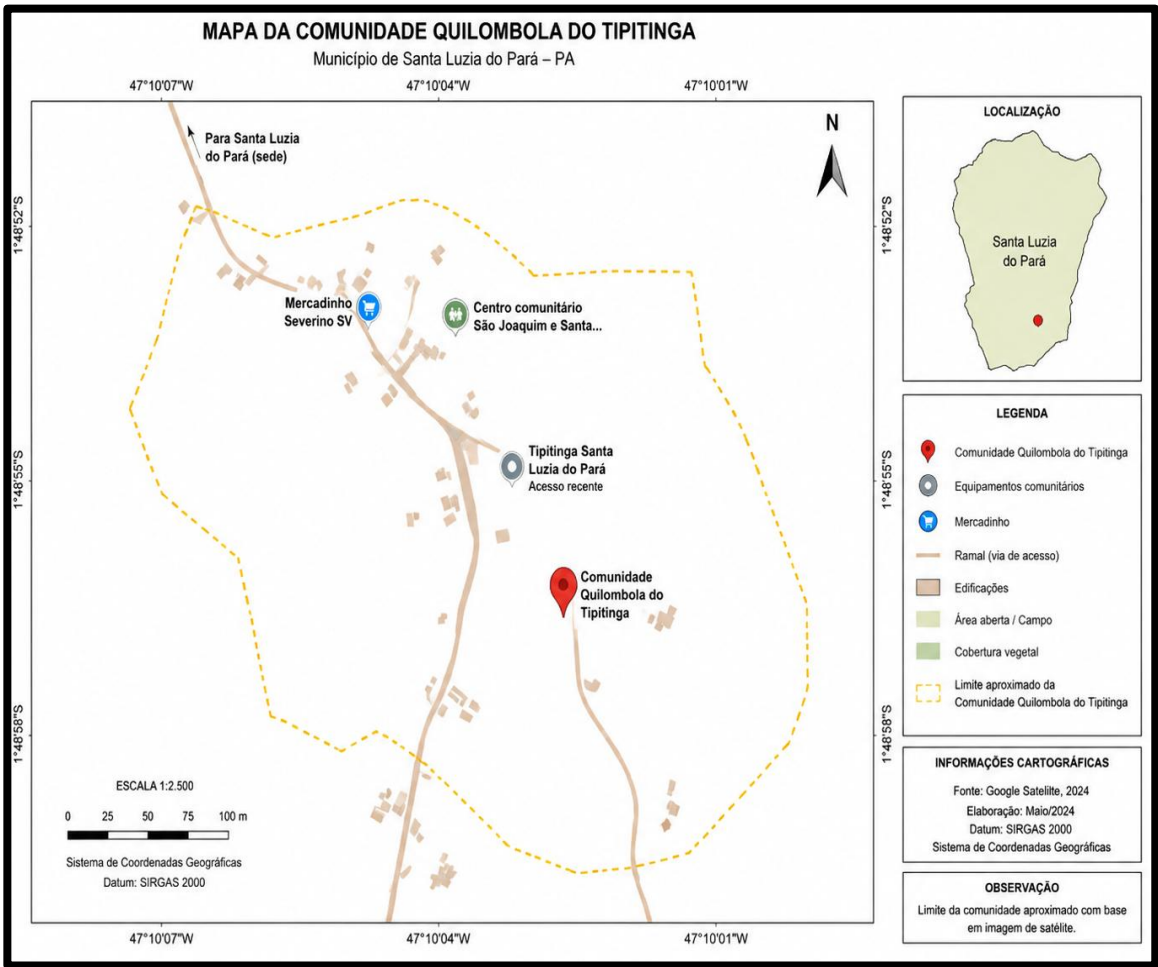
Apresentamos aqui aspectos históricos, territoriais e socioculturais da comunidade quilombola Tipitinga, localizada no município de Santa Luzia do Pará. A partir das narrativas dos moradores e das observações realizadas durante a pesquisa de campo, busca-se compreender o processo de formação da comunidade, sua organização social, as conquistas relacionadas ao reconhecimento territorial e os elementos que estruturam a

vida comunitária, com destaque para a religião, a educação e as formas de sociabilidade construídas ao longo de sua trajetória histórica.

Localização e formação histórica da comunidade

A comunidade quilombola Tipitinga está localizada no município de Santa Luzia do Pará, na região nordeste do estado do Pará. O acesso à comunidade ocorre por meio do ramal da Transcaeté, situado às margens da BR-316, sendo necessário percorrer aproximadamente 16 quilômetros até chegar ao território quilombola. Inserida em uma área de predominância rural, a comunidade encontra-se entre os rios Caeté e Curi, elementos naturais que exerceram importante papel na formação e no desenvolvimento do território ao longo de sua história.

Figura 1 - Localização da comunidade quilombola Tipitinga, Santa Luzia do Pará.



Fonte: Mapa Tirado do Site Google Maps, (2026)

O mapa apresentado permite visualizar a localização da comunidade quilombola Tipitinga no município de Santa Luzia do Pará, evidenciando sua inserção em uma área rural da região nordeste paraense. O acesso à comunidade ocorre por meio do ramal da Transcaeté, situado às margens da BR-316, principal via de circulação da região. A localização geográfica da comunidade favoreceu o desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura familiar e contribuiu para a construção de formas próprias de organização social e cultural ao longo de sua história.

O espaço ocupado pela comunidade caracteriza-se pela presença de áreas destinadas à agricultura familiar, quintais produtivos e extensões de terra utilizadas para o cultivo de mandioca, milho, feijão e outras culturas voltadas tanto para o consumo das famílias quanto para a comercialização. A relação dos moradores com a terra constitui um dos aspectos centrais da vida comunitária, estando diretamente ligada às formas de trabalho, à organização social e à preservação de conhecimentos transmitidos entre diferentes gerações.

Figura 2 - Vista parcial da área central da comunidade quilombola Tipitinga



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

A imagem evidencia parte da área central da comunidade, onde estão localizados espaços coletivos importantes para a vida comunitária, como a igreja, a escola e o centro comunitário, estruturas que contribuem para o fortalecimento das relações sociais e para a realização de atividades educacionais, religiosas e comunitárias.

Além de sua importância econômica, o território representa um espaço de construção de identidades, memórias e pertencimentos. É nesse espaço que se desenvolvem as atividades produtivas, as práticas religiosas, as festividades comunitárias

e as relações de solidariedade que marcam o cotidiano dos moradores. Dessa forma, compreender a localização da comunidade Tipitinga significa também compreender as relações históricas, culturais e sociais construídas pelos sujeitos que vivem e produzem nesse território.

Segundo os relatos coletados durante a pesquisa, a origem da comunidade remonta ao século XIX, quando membros da família Vitorino Ramos passaram a ocupar a área atualmente correspondente ao território quilombola. As narrativas apontam que esses primeiros moradores eram oriundos da localidade conhecida como Calabouço, situada no município de Bragança. A partir da ocupação do território, foram estabelecidas formas de organização social baseadas no trabalho agrícola, na cooperação familiar e na utilização coletiva dos recursos disponíveis no ambiente.

A permanência dessas famílias no território ao longo das gerações possibilitou a construção de fortes vínculos de pertencimento com o lugar. Nesse sentido, a história da comunidade não pode ser compreendida apenas pela ocupação física da terra, mas também pelas relações sociais, culturais e afetivas construídas pelos seus moradores. Conforme destaca Munanga (2006), as comunidades quilombolas constituem espaços de preservação de identidades coletivas, onde memória, ancestralidade e território permanecem profundamente articulados.

Durante as entrevistas realizadas, foi possível perceber que a memória da origem da comunidade permanece viva entre os moradores mais antigos. As referências constantes aos antepassados, aos primeiros habitantes e às dificuldades enfrentadas pelas gerações anteriores revelam a importância da ancestralidade na construção da identidade local. Pollak (1992) afirma que a memória exerce papel fundamental na constituição das identidades coletivas, uma vez que permite aos grupos sociais estabelecerem vínculos com sua trajetória histórica e reafirmarem sentimentos de pertencimento.

As narrativas também evidenciam as transformações ocorridas ao longo do tempo. Em depoimento, moradores relatam que, em períodos anteriores, o transporte da produção agrícola era realizado por meio de canoas que navegavam pelo rio Caeté até localidades como Mocajuba e Bragança. A farinha de mandioca, principal produto comercializado pela comunidade, era transportada em longas viagens que exigiam grande esforço físico e demandavam vários dias de deslocamento. Além da farinha, eram comercializados produtos como arroz, milho e outros gêneros provenientes da agricultura familiar. Embora a farinha continue ocupando posição de destaque na economia local, os moradores relatam que a comunidade ainda comercializa diversos produtos da agricultura

familiar, como frutas, grãos e derivados da mandioca, porém em quantidade menor quando comparada aos períodos anteriores, quando a produção agrícola era mais abundante e diversificada.

Esses relatos revelam não apenas as dificuldades enfrentadas pelos moradores, mas também a importância econômica da produção agrícola para a manutenção da comunidade. Ao mesmo tempo, demonstram as profundas mudanças ocorridas nas formas de circulação e comercialização da produção. A abertura da estrada, a ampliação dos meios de transporte e o maior acesso aos mercados consumidores modificaram significativamente a dinâmica econômica local, permitindo novas possibilidades de escoamento da produção.

Outro aspecto recorrente nas narrativas refere-se ao crescimento da comunidade ao longo das décadas. Se em períodos anteriores existiam poucas residências concentradas em torno da família fundadora, atualmente a comunidade conta com aproximadamente 29 famílias e cerca de 95 moradores. Esse crescimento ocorreu tanto pela expansão das famílias tradicionais quanto pela chegada de novos moradores que passaram a integrar a dinâmica comunitária.

Entretanto, apesar das transformações observadas na infraestrutura, no transporte e nas formas de comercialização da produção agrícola, os relatos indicam a permanência de elementos que continuam estruturando a vida comunitária. O trabalho na agricultura familiar, os laços de parentesco, a memória dos primeiros moradores e o vínculo com o território permanecem como aspectos centrais na construção da identidade da comunidade quilombola Tipitinga. Dessa forma, compreender a formação histórica da comunidade significa compreender também os processos de resistência, adaptação e permanência que permitiram a manutenção de seus modos de vida ao longo do tempo.

Organização comunitária e conquista do território

A história da comunidade quilombola Tipitinga é marcada por um processo contínuo de organização coletiva em torno da defesa do território, da melhoria das condições de vida da população e da preservação de sua identidade quilombola. Embora a ocupação da área remonte ao século XIX, conforme relatado pelos moradores, foi nas últimas décadas que a comunidade intensificou suas formas de organização política, buscando o reconhecimento de seus direitos e o acesso a políticas públicas destinadas às comunidades tradicionais.

Um dos principais marcos desse processo foi a criação da Associação dos Moradores Quilombolas do Tipitinga (AMORQUIT), fundada em 2005. Segundo os relatos coletados durante a pesquisa, a associação surgiu a partir da necessidade de fortalecer a organização comunitária e articular ações que possibilitassem melhorias para os moradores. Entre os principais responsáveis por esse processo destaca-se o senhor Severino Ramos, reconhecido pelos entrevistados como uma das mais importantes lideranças da história recente da comunidade.

Figura 3 - Centro comunitário da comunidade quilombola Tipitinga.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

O centro comunitário constitui um importante espaço de realização de reuniões, assembleias, capacitações, encontros e demais atividades promovidas pela associação. Além de sediar discussões relacionadas às demandas da comunidade, o espaço fortalece a participação dos moradores e contribui para a organização das ações coletivas desenvolvidas no território.

Em entrevista, a professora Maria Juscelina da Silva Ramos relata que a criação da associação exigiu anos de dedicação, reuniões e articulações com instituições e organizações parceiras:

“Esses projetos não vêm assim, dentro de uma mochila, pega a mochila aqui e põe na comunidade, não. O atual presidente quase não vive na comunidade, ele vive mais é viajando. Tem que se virar atrás de projetos, porque é para vir o recurso para a comunidade. Quando o meu marido era vivo, para esse projeto das casas, Minha Casa Minha Vida, não foi só um dia, só uma semana, só um mês não. Foram cinco anos ele trabalhando, andando atrás. ” (Maria Juscelina da Silva Ramos, entrevista realizada em 2026).

O relato evidencia que as conquistas obtidas pela comunidade não ocorreram de forma espontânea. Elas resultaram de um processo de mobilização coletiva e do empenho de lideranças que dedicaram parte significativa de suas vidas à busca por melhorias para a população local. Conforme relatado pela entrevistada, Severino Ramos participou de reuniões, encontros e articulações promovidas por organizações parceiras, entre elas a Rede Bragantina, buscando mecanismos que possibilitassem o fortalecimento da comunidade.

Entre as principais conquistas alcançadas por meio da organização comunitária destaca-se a titulação coletiva do território quilombola. O título conquistado em 2008, após aproximadamente três anos de mobilização, representa uma das maiores vitórias da comunidade, garantindo segurança jurídica sobre a terra ocupada historicamente pelas famílias quilombolas. Além de assegurar direitos territoriais, a titulação fortaleceu o sentimento de pertencimento e reafirmou os vínculos existentes entre os moradores e seus ancestrais.

Nesse sentido, Araújo (2015) destaca que os direitos das comunidades remanescentes de quilombos passaram a ser reconhecidos constitucionalmente a partir da

Constituição Federal de 1988, resultado das lutas dos movimentos negros e das reivindicações pelo reconhecimento de direitos historicamente negados pelo Estado brasileiro. Assim, a conquista do título não representa apenas um documento jurídico, mas também o reconhecimento da trajetória histórica construída pelas famílias quilombolas do Tipitinga.

A relação entre território e identidade aparece de forma recorrente nas narrativas dos moradores. Conforme argumenta Munanga (2006), o território constitui elemento fundamental para a construção da identidade quilombola, pois nele se materializam as memórias coletivas, os modos de vida e os vínculos estabelecidos entre diferentes gerações. No caso do Tipitinga, a conquista da titulação significou a reafirmação de uma história construída ao longo de mais de um século de permanência no território.

A atuação da associação também possibilitou o acesso a projetos voltados para a melhoria das condições de vida da população local. Entre eles, destaca-se o programa Minha Casa Minha Vida, frequentemente mencionado pelos entrevistados como uma das mais importantes transformações ocorridas na comunidade nas últimas décadas.

A senhora Damiana do Socorro dos Santos Nascimento relata que, quando chegou à comunidade, a maioria das residências era construída em taipa e não havia energia elétrica. Segundo a entrevistada:

“Quando eu cheguei para cá, a nossa casa não era assim. Nós morávamos numa casinha de barro e não tinha energia, era na lamparina. Depois chegou a energia, em 2005, e depois vieram essas casas através do projeto Minha Casa Minha Vida. Foi fundada aqui também a Associação Quilombola. Aí através dessa associação foi que vieram essas casas. Se não fosse essa associação talvez nós ainda tivéssemos casinhas de barro. ”
(Damiana do Socorro dos Santos Nascimento, entrevista realizada em 2026).

O depoimento demonstra como a organização comunitária esteve diretamente relacionada às melhorias estruturais observadas no território. A chegada da energia elétrica, a construção das novas moradias e o acesso a outros projetos contribuíram para modificar significativamente o cotidiano das famílias, ampliando o conforto, a segurança e a qualidade de vida dos moradores.

Além da questão habitacional, os entrevistados destacam que a associação possibilitou a realização de cursos e capacitações em diferentes áreas. Entre as atividades

mencionadas encontram-se cursos relacionados à agricultura, horticultura, criação de animais, culinária, pintura, costura e outras iniciativas voltadas para a geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar. Esses projetos contribuíram para ampliar as oportunidades de formação e fortalecer as estratégias de permanência das famílias no território.

Outro aspecto importante refere-se à influência da associação sobre a própria produção da farinha de mandioca. Segundo os relatos da professora Maria Juscelina, Severino Ramos participou de cursos e visitas técnicas em outras comunidades, buscando alternativas que possibilitassem melhorar a qualidade da farinha produzida no Tipitinga. Essas experiências contribuíram para a introdução de novas técnicas de produção e para a valorização comercial da farinha produzida pelos moradores.

As entrevistas revelam, portanto, que a AMORQUIT ultrapassa a função de representação formal da comunidade. Sua atuação está associada à conquista de direitos territoriais, ao acesso a políticas públicas, à melhoria das condições habitacionais, ao fortalecimento da agricultura familiar e à valorização dos saberes tradicionais. A trajetória da associação evidencia que a organização coletiva constitui um dos principais elementos responsáveis pelo fortalecimento da comunidade quilombola Tipitinga ao longo das últimas décadas.

Dessa forma, a história da organização comunitária do Tipitinga demonstra que as conquistas alcançadas não podem ser compreendidas apenas como resultados de políticas governamentais. Elas são fruto de processos de mobilização social, da atuação de lideranças locais e do engajamento dos moradores em torno de objetivos comuns. A associação tornou-se, assim, um importante instrumento de fortalecimento da identidade quilombola e de defesa dos direitos coletivos da comunidade.

Religião, educação e vida comunitária

A vida comunitária no Tipitinga é marcada por diferentes práticas sociais e culturais que contribuem para a construção e manutenção da identidade coletiva de seus moradores. Entre essas práticas, destacam-se a religiosidade, a valorização da educação e as formas de convivência comunitária, elementos que atravessam a história da comunidade e permanecem presentes no cotidiano das famílias.

A religião ocupa lugar de destaque na vida social da comunidade. Segundo os relatos dos moradores, a tradição católica acompanha a trajetória do Tipitinga desde as gerações mais antigas, constituindo-se como importante espaço de encontro, convivência e fortalecimento dos vínculos comunitários. As celebrações religiosas, as novenas e as

festividades realizadas ao longo do ano representam momentos de reunião das famílias e de reafirmação de práticas culturais transmitidas entre diferentes gerações.

Durante a pesquisa, os entrevistados fizeram referência às práticas vinculadas a religião católica, não sendo identificadas, nos relatos, menções a outras manifestações religiosas no contexto comunitário.

Figura 4 - Igreja da comunidade quilombola Tipitinga, Santa Luzia do Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

A igreja constitui um importante espaço de encontro e convivência entre os moradores, sendo utilizada para celebrações religiosas e atividades que fortalecem os vínculos comunitários.

Além da dimensão religiosa, esses momentos favorecem a circulação de memórias e histórias sobre a comunidade, fortalecendo os laços de pertencimento entre os moradores. As festividades religiosas constituem espaços privilegiados de sociabilidade, onde diferentes gerações compartilham experiências, recordações e conhecimentos relacionados à trajetória histórica da comunidade. Nesse sentido, a religiosidade ultrapassa a esfera da fé, assumindo também importante função social e cultural.

As narrativas dos entrevistados demonstram que a vida comunitária sempre esteve associada a práticas de solidariedade e cooperação. Os moradores recordam que, durante

muitos anos, as famílias se ajudavam mutuamente em atividades relacionadas à agricultura, à construção de moradias e à realização de eventos comunitários. Essas formas de colaboração contribuíram para fortalecer as relações sociais e para enfrentar as dificuldades decorrentes do isolamento geográfico e da escassez de recursos que marcaram períodos anteriores da história da comunidade.

Outro aspecto frequentemente mencionado pelos entrevistados refere-se à importância atribuída à educação. Mesmo diante das limitações enfrentadas pelas gerações passadas, os moradores destacam que o acesso ao ensino sempre foi valorizado pelas famílias da comunidade. Os relatos evidenciam que muitos pais e avós compreendiam a educação como instrumento fundamental para ampliar oportunidades e garantir melhores condições de vida para as futuras gerações.

A valorização da educação aparece de forma significativa na fala de Célia Regina, ao destacar a preocupação de seus antepassados com a formação dos filhos:

“Meu bisavô tinha uma preocupação muito grande com a educação dos filhos. Mesmo com todas as dificuldades da época, ele buscava formas para que eles aprendessem a ler e escrever, porque entendia que a educação era algo importante para o futuro da família e da comunidade. ” (Célia Regina, entrevista realizada em 2026).

O relato evidencia que a preocupação com a educação possui raízes históricas na comunidade, constituindo um valor transmitido entre gerações. Muito antes da ampliação das políticas educacionais voltadas para as populações rurais, os moradores já reconheciam a importância da escolarização para a formação das novas gerações e para o fortalecimento da própria comunidade.

A valorização do ensino também se manifesta na trajetória de diversos moradores que, ao longo do tempo, buscaram formação escolar e passaram a contribuir diretamente com o desenvolvimento local. Nesse contexto, a educação tornou-se um importante instrumento de fortalecimento comunitário, possibilitando a formação de lideranças, professores e outros profissionais comprometidos com a realidade do território.

Além da religião e da educação, as entrevistas revelam a importância dos momentos de convivência coletiva para a manutenção dos vínculos comunitários. Festas, encontros, atividades esportivas, reuniões da associação e demais eventos realizados ao longo do ano constituem espaços de interação entre os moradores, fortalecendo relações

de amizade, parentesco e solidariedade. Essas experiências contribuem para a construção de uma identidade compartilhada e para a preservação de práticas culturais que permanecem vivas no cotidiano da comunidade.

As memórias dos entrevistados demonstram que a comunidade Tipitinga foi construída não apenas a partir da ocupação de um território comum, mas também por meio das relações sociais estabelecidas entre seus moradores. Conforme destaca Pollak (1992), a memória coletiva desempenha papel fundamental na construção das identidades sociais, permitindo que os grupos reconheçam sua trajetória histórica e reafirmem sentimentos de pertencimento. No caso do Tipitinga, as práticas religiosas, educacionais e comunitárias constituem importantes mecanismos de transmissão de memórias e de fortalecimento da identidade quilombola.

Dessa forma, religião, educação e vida comunitária configuram dimensões fundamentais para compreender a trajetória histórica do Tipitinga. Mais do que aspectos isolados, esses elementos integram um conjunto de experiências que contribuem para a preservação dos saberes, das memórias e dos valores compartilhados pelos moradores, fortalecendo os vínculos que sustentam a vida coletiva da comunidade ao longo das gerações.

A Escola Maria Tiaga e a valorização da educação na comunidade

A educação ocupa lugar de destaque na trajetória histórica da comunidade quilombola Tipitinga. Os relatos dos moradores demonstram que a preocupação com a formação das novas gerações antecede a criação da atual estrutura escolar, constituindo-se como um valor cultivado pelas famílias desde as gerações mais antigas. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelas populações rurais no acesso à escolarização, os moradores buscaram diferentes estratégias para garantir que seus filhos tivessem acesso ao ensino, compreendendo a educação como um importante instrumento para a melhoria das condições de vida e para o fortalecimento da comunidade.

Em entrevista realizada durante a pesquisa, a senhora Célia Regina Nascimento Ramos destaca que essa preocupação já estava presente entre seus antepassados. Ao recordar a história de sua família, a entrevistada afirma que seu bisavô atribuía grande importância à educação dos filhos, buscando alternativas para que eles tivessem acesso ao ensino mesmo em um contexto marcado pela ausência de escolas na região.

“Além da nossa família, porque nós somos uma família grande, o quilombo mora praticamente só a família Vitorino

Ramos, mas aí depois foram agregando outras pessoas que pediam para vir morar na comunidade, porque moravam muito longe, os filhos precisavam de escola, e na época, quando eu era criança, que tinha sete, oito anos, era o único lugar onde tinha professor, era na comunidade, porque meu avô, meu bisavô, além dele ter sido um escravo ainda, porque ele era fugitivo de escravo, quando ele teve o lugar dele próprio, que é o quilombo, ele se preocupou muito com a educação dos filhos.” (Célia Regina Nascimento Ramos, entrevista realizada em 25 de janeiro de 2026).

O relato evidencia que a educação exerceu papel importante não apenas na formação dos moradores, mas também no próprio crescimento da comunidade. Conforme destacado pela entrevistada, famílias de outras localidades passaram a residir no Tipitinga em razão da possibilidade de acesso à educação para seus filhos. Dessa forma, a presença de professores e de atividades educacionais contribuiu para ampliar a importância da comunidade na região e fortalecer sua dinâmica social.

Segundo a senhora Célia, todos os filhos de seu bisavô tiveram acesso à educação. Ela relata que Antônio Vitorino Ramos contratava professores de outras localidades para ensinar seus familiares, demonstrando a relevância atribuída ao conhecimento e à formação escolar pelas famílias da comunidade. Entre essas experiências destaca-se a trajetória de Maria Tiaga, considerada uma das principais referências educacionais do Tipitinga.

Maria Tiaga, tia da entrevistada, é lembrada pelos moradores como a primeira professora do quilombo. Segundo os relatos, ela estudou no Colégio Santa Terezinha, em Bragança, retornando posteriormente para atuar na formação de crianças e jovens da região. Além de contribuir para a educação no Tipitinga, também desenvolveu atividades de ensino em localidades vizinhas, tornando-se uma referência para diferentes gerações. Em reconhecimento à sua trajetória e à sua contribuição para a comunidade, a escola recebeu seu nome, preservando sua memória na história local.

Figura 5 - Escola Municipal Maria Tiaga, comunidade quilombola Tipitinga.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

A imagem evidencia a presença da escola no espaço comunitário e reforça sua importância como instituição responsável pela formação das novas gerações. Além de sua função educativa, a escola constitui um importante espaço de convivência e integração social, fortalecendo os vínculos entre alunos, famílias e comunidade.

De acordo com informações fornecidas pela diretora Maria das Dores, a Escola Maria Tiaga foi fundada em 1979, durante a administração municipal de Raul Santos, quando o território ainda pertencia ao município de Ourém. Atualmente, a instituição atende estudantes da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental, organizados em turmas multisseriadas, realidade comum em comunidades rurais da região.

A trajetória da professora Maria Juscelina da Silva Ramos também ocupa lugar de destaque na história da educação da comunidade. Segundo seu relato, antes da existência de professores atuando diretamente no Tipitinga, os estudantes precisavam atravessar diariamente o rio de canoa para estudar na localidade de Almoço, situada no município de Bragança. Essa situação começou a mudar quando lideranças locais passaram a reivindicar a presença de professores na comunidade. Após realizar uma avaliação, Maria Juscelina foi aprovada e iniciou suas atividades docentes em 1º de agosto de 1979. Ao recordar sua trajetória, a entrevistada relata:

“Eu comecei a trabalhar em 1º de agosto de 1979. Trabalhei até 2006 como professora. Depois continuei como responsável pela escola até 2017. Hoje temos pessoas da própria

comunidade que estudaram aqui, fizeram faculdade e voltaram para trabalhar na escola. ” (Maria Juscelina da Silva Ramos, entrevista realizada em 2026).

O depoimento demonstra que a escola desempenhou papel fundamental na formação de diferentes gerações de moradores. Além de garantir acesso à educação básica, contribuiu para a formação de profissionais que posteriormente retornaram à comunidade para atuar como professoras, diretoras, secretárias e demais trabalhadoras da instituição. Esse processo evidencia a importância da escola para o fortalecimento da autonomia comunitária e para a valorização da educação como instrumento de transformação social.

A experiência educacional do Tipitinga também pode ser compreendida a partir da perspectiva da memória coletiva. Conforme destaca Pollak (1992), a transmissão de conhecimentos e experiências entre gerações constitui elemento fundamental para a construção das identidades sociais. Nesse contexto, a escola assume papel que ultrapassa os limites do ensino formal, tornando-se espaço de preservação de memórias, fortalecimento da identidade quilombola e valorização da história da comunidade.

Dessa forma, a trajetória da Escola Maria Tiaga evidencia que a educação ocupa lugar central na construção histórica da comunidade quilombola Tipitinga. Mais do que um espaço de escolarização, a instituição representa o resultado dos esforços realizados por diferentes gerações para garantir o acesso ao conhecimento e constitui um importante símbolo da valorização da educação como elemento de fortalecimento da comunidade e de preservação de sua identidade coletiva.

A PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA TIPITINGA

Ancestralidade, território e permanência quilombola

“A farinha, como marco das culturas alimentares amazônicas, incide na expressão de diversos significados, memórias e mitos, sendo um dos principais elementos na construção das identidades coletivas e regionais. Presente em quase todas as mesas, a farinha de mandioca representa também a soberania alimentar de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e da agricultura familiar, pois sua produção representa o direito de poder expressar seus hábitos e cultivar seus próprios alimentos” (MUNIZ & DIAS, 2019).

A produção da farinha de mandioca ocupa lugar central na história da comunidade quilombola Tipitinga. Mais do que uma atividade econômica, trata-se de um conjunto de conhecimentos, práticas e experiências transmitidas entre gerações e profundamente vinculadas à formação histórica do território. As entrevistas realizadas durante a pesquisa evidenciam que a produção da farinha acompanha a trajetória da comunidade desde seus primeiros moradores, constituindo um dos principais elementos responsáveis pela manutenção das famílias no território e pela construção de sua identidade coletiva.

Os relatos dos moradores revelam que a agricultura sempre esteve presente no cotidiano da comunidade. Desde a ocupação inicial do território pelos ancestrais da família Vitorino Ramos, o cultivo da mandioca passou a integrar as estratégias de subsistência e geração de renda das famílias. Ao longo das gerações, os conhecimentos relacionados ao plantio, à colheita e ao processamento da mandioca foram sendo transmitidos entre pais, filhos e netos, garantindo a continuidade de práticas que permanecem presentes até os dias atuais.

Figura 6 - Etapa de prensagem da massa de mandioca durante o processo de produção da farinha na comunidade quilombola Tipitinga.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

A imagem evidencia uma das etapas do beneficiamento da mandioca, demonstrando a permanência de técnicas utilizadas pelos moradores na produção da farinha. Esses conhecimentos são transmitidos entre gerações e constituem parte importante do patrimônio cultural da comunidade.

Nesse sentido, a produção da farinha não pode ser compreendida apenas como resultado do trabalho agrícola. Ela constitui um patrimônio cultural construído coletivamente e preservado por meio da memória e da experiência dos moradores. Conforme destaca Diegues (2000), os conhecimentos tradicionais produzidos por comunidades rurais e tradicionais resultam da interação histórica entre os grupos sociais

e o ambiente em que vivem, sendo constantemente transmitidos e recriados ao longo do tempo. No caso do Tipitinga, os saberes relacionados à farinha integram esse conjunto de conhecimentos construídos historicamente pela comunidade.

Os diálogos demonstram que a relação entre território e produção agrícola permanece profundamente articulada. A terra não é percebida apenas como meio de produção, mas como espaço de vida, pertencimento e continuidade das experiências herdadas dos antepassados. Conforme argumenta Munanga (2006), para as comunidades quilombolas o território representa um elemento fundamental da identidade coletiva, uma vez que nele se desenvolvem práticas culturais, relações sociais e formas de organização construídas historicamente.

A importância da farinha para a permanência das famílias no território aparece de forma recorrente nas narrativas dos entrevistados. Durante muitos anos, a comercialização da farinha constituiu uma das principais fontes de renda da comunidade, contribuindo para a manutenção das famílias e para o atendimento de suas necessidades básicas. Os relatos indicam que a produção era transportada pelo rio Caeté até localidades vizinhas e posteriormente comercializadas em centros urbanos da região, especialmente em Bragança.

Ao recordar as experiências vividas pelas gerações anteriores, os moradores destacam as dificuldades enfrentadas para transportar a produção. Antes da abertura das estradas e da ampliação dos meios de transporte, a farinha era levada em canoas por longos percursos fluviais, exigindo grande esforço físico dos produtores. Apesar dessas dificuldades, a atividade permaneceu como uma das principais bases da economia comunitária, contribuindo para a permanência das famílias no território ao longo do tempo.

As narrativas evidenciam ainda que a produção da farinha está associada a formas de trabalho marcadas pela participação familiar e pela cooperação comunitária. O preparo da roça, a colheita da mandioca e as diferentes etapas do processamento envolvem a participação de diversos membros das famílias, possibilitando a transmissão de conhecimentos práticos e fortalecendo os vínculos entre as gerações.

Figuras 7 e 8 - Participação dos moradores nas atividades da casa de farinha da comunidade Tipitinga.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

A fotografia demonstra o caráter coletivo da produção da farinha, evidenciando a participação de diferentes membros da comunidade nas atividades desenvolvidas na casa de farinha.

A valorização desses conhecimentos pode ser compreendida a partir da perspectiva da memória coletiva. Conforme afirma Pollak (1992), a memória desempenha papel fundamental na construção das identidades sociais, permitindo que os grupos preservem experiências e referências consideradas importantes para sua continuidade histórica. No Tipitinga, os saberes associados à produção da farinha representam parte significativa dessa memória compartilhada, sendo constantemente atualizados por meio das práticas cotidianas desenvolvidas pelos moradores.

Dessa forma, a produção da farinha de mandioca ultrapassa sua dimensão econômica e assume papel central na construção da identidade quilombola da comunidade Tipitinga. Ao mesmo tempo em que garante condições de subsistência para as famílias, a atividade preserva conhecimentos tradicionais, fortalece os vínculos comunitários e reafirma a relação histórica dos moradores com o território herdado de seus ancestrais.

Produção da farinha e relações com o mercado local

A produção da farinha de mandioca constitui uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores da comunidade quilombola Tipitinga. Ao longo das gerações, essa prática tem garantido não apenas a subsistência das famílias, mas também a obtenção de renda por meio da comercialização do produto em diferentes localidades da região. Dessa forma, a farinha ocupa papel central na dinâmica econômica da comunidade, estando diretamente relacionada à permanência das famílias no território e à manutenção de seus modos de vida.

Os relatos coletados durante a pesquisa demonstram que a comercialização da farinha acompanha a história da comunidade desde seus primeiros moradores. Em períodos anteriores, quando o acesso terrestre era mais limitado, o escoamento da produção ocorria principalmente pelos rios da região. Conforme relatado pelos entrevistados, a farinha produzida no Tipitinga era transportada por meio de canoas pelo rio Caeté até municípios vizinhos, especialmente Bragança, onde era comercializada em feiras e mercados locais.

Ao recordar esse período, os moradores destacam as dificuldades enfrentadas para transportar a produção. As viagens podiam durar vários dias e exigiam grande esforço físico dos produtores, que dependiam das condições dos rios para realizar o deslocamento. Apesar desses desafios, a farinha manteve-se como um importante produto econômico da comunidade, contribuindo para o sustento das famílias e para a circulação de recursos financeiros no território.

As transformações ocorridas nas formas de transporte e no acesso à comunidade modificaram significativamente essa dinâmica. A abertura de estradas e a melhoria das condições de deslocamento facilitaram o escoamento da produção, ampliando as possibilidades de comercialização e reduzindo o tempo necessário para transportar a farinha até os centros consumidores. Essas mudanças contribuíram para fortalecer a atividade produtiva e ampliar a inserção da comunidade nos mercados locais.

Figura 9 - Processo de peneiramento e classificação da farinha de mandioca produzida na comunidade quilombola Tipitinga.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

A imagem evidencia uma das etapas finais do beneficiamento da farinha, momento em que o produto adquire as características necessárias para o consumo e para a comercialização.

Atualmente, a farinha produzida na comunidade é reconhecida pela qualidade de seu processo de fabricação, resultado da experiência acumulada pelos produtores ao longo de gerações. Os conhecimentos relacionados ao cultivo da mandioca, ao processamento da matéria-prima e ao controle das diferentes etapas da produção contribuem para a obtenção de um produto valorizado pelos consumidores da região.

Segundo os entrevistados, a produção da farinha continua sendo uma importante fonte de renda para diversas famílias da comunidade. Embora outras atividades econômicas também estejam presentes no território, a mandioca e seus derivados permanecem ocupando posição de destaque entre os produtos comercializados pelos moradores. Os relatos revelam que a quantidade produzida varia muito entre as famílias, havendo produtores que comercializam de duas a cinco sacas de farinha por mês, enquanto outros alcançam uma produção de até dez sacas mensais. Essa permanência demonstra a capacidade da comunidade de manter práticas produtivas tradicionais ao mesmo tempo em que se adapta às transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo do tempo.

Figura 10 - Farinha de mandioca pronta para armazenamento e comercialização.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

A fotografia apresenta o produto final após as etapas de beneficiamento, evidenciando a importância da farinha como resultado dos conhecimentos e do trabalho desenvolvidos pelos moradores da comunidade.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à participação da comunidade quilombola Tipitinga na área reconhecida pela Indicação Geográfica (IG) da Farinha de Bragança. Durante as entrevistas, os moradores ressaltaram a importância desse reconhecimento para a valorização da produção local e para a visibilidade da comunidade no contexto regional.

Ao abordar essa questão, Fabrício Rômulo da Silva Ramos destacou que a comunidade foi incluída entre os territórios abrangidos pela Farinha Bragantina em razão de sua tradição produtiva e de sua inserção histórica na região: *"A comunidade Tipitinga foi incluída dentre eles por fazer parte da região Bragantina."* (Fabrício Rômulo da Silva Ramos, entrevista realizada em 2026)

Da mesma forma, Paulo Vitor Ramos relaciona esse reconhecimento à longa trajetória de comercialização da farinha produzida na comunidade, lembrando que durante muitos anos os moradores transportavam sua produção pelo rio Caeté até o município de Bragança:

"A gente conseguiu esse reconhecimento porque os moradores levavam muita farinha para Bragança. Antigamente a farinha era transportada de canoa pelo rio, porque não tinha estrada." (Paulo Vitor Ramos, entrevista realizada em 2026)

Os depoimentos evidenciam que a relação entre a comunidade e a produção da farinha ultrapassa as questões econômicas, estando vinculada à própria formação histórica do território e às estratégias de sobrevivência construídas pelos moradores ao longo das gerações. Nesse contexto, a inserção do Tipitinga na área reconhecida pela Indicação Geográfica da Farinha de Bragança representa não apenas a valorização de um produto, mas também o reconhecimento de conhecimentos tradicionais e de práticas produtivas historicamente desenvolvidas pela comunidade.

Além disso, os relatos permitem compreender a relevância desse reconhecimento para os moradores, especialmente por se tratar da única comunidade localizada no município de Santa Luzia do Pará inserida nesse contexto produtivo regional. Tal condição reforça a importância da farinha de mandioca como elemento de identidade comunitária e evidencia o papel desempenhado pelo Tipitinga na preservação de saberes e modos de fazer associados à tradição farinheira da região bragantina.

Além de sua importância econômica, a comercialização da farinha contribui para fortalecer a visibilidade da comunidade e de seus saberes tradicionais. Cada etapa da produção envolve conhecimentos acumulados historicamente, que continuam sendo transmitidos entre as gerações e aplicados no cotidiano dos produtores. Nesse sentido, a farinha produzida no Tipitinga não representa apenas uma mercadoria destinada ao mercado, mas também um elemento que expressa a identidade cultural da comunidade.

Conforme argumenta Diegues (2000), os conhecimentos tradicionais constituem importantes estratégias de adaptação e reprodução social das populações tradicionais, permitindo que essas comunidades mantenham suas formas de vida e garantam sua permanência nos territórios que historicamente ocupam. No caso do Tipitinga, a produção e a comercialização da farinha revelam a articulação entre tradição, trabalho e sustentabilidade econômica, demonstrando a relevância dessa atividade para a continuidade da vida comunitária.

Dessa forma, a farinha de mandioca ocupa posição estratégica na organização econômica da comunidade quilombola Tipitinga. Mais do que uma fonte de renda, ela representa a continuidade de conhecimentos herdados dos antepassados, a valorização do trabalho familiar e a permanência de práticas produtivas que contribuem para o fortalecimento da identidade e da autonomia da comunidade.

Modos de fazer: saberes transmitidos entre gerações

A produção da farinha de mandioca na comunidade quilombola Tipitinga envolve um conjunto de conhecimentos e práticas construídos historicamente pelos moradores e transmitidos entre diferentes gerações. Esses saberes não se restringem às técnicas de cultivo e processamento da mandioca, mas abrangem experiências, formas de organização do trabalho e modos de vida que fazem parte da identidade da comunidade.

As entrevistas realizadas durante a pesquisa demonstram que o aprendizado relacionado à produção da farinha ocorre principalmente no cotidiano familiar. Desde cedo, crianças e jovens acompanham os pais, avós e demais parentes nas atividades desenvolvidas na roça e na casa de farinha, observando e participando das diferentes etapas do processo produtivo. Dessa forma, os conhecimentos são compartilhados por meio da prática e da convivência, garantindo sua continuidade ao longo do tempo.

Conforme destaca Diegues (2000), os conhecimentos tradicionais constituem um patrimônio construído coletivamente pelas populações tradicionais, sendo transmitidos de geração em geração por meio da experiência e da participação nas atividades comunitárias. No caso da comunidade Tipitinga, essa transmissão ocorre principalmente no contexto familiar, onde os moradores aprendem não apenas as técnicas de produção, mas também os valores associados ao trabalho coletivo e à relação com o território.

O processo de fabricação da farinha envolve diversas etapas, iniciando-se com o cultivo e a colheita da mandioca. Após a retirada das raízes da roça, a matéria-prima é transportada para a casa de farinha, onde ocorre o beneficiamento. Nesse espaço são realizadas atividades como a lavagem, trituração, prensagem, peneiramento, torração e armazenamento do produto final.

Durante o trabalho de campo, foi possível observar que a produção da farinha continua sendo realizada de forma predominantemente familiar na comunidade quilombola Tipitinga. Homens, mulheres e jovens participam das diferentes etapas do processo produtivo, desde o beneficiamento da mandioca até a preparação da farinha para o consumo e comercialização. Essa participação coletiva contribui para a manutenção dos conhecimentos associados à atividade e possibilita que os saberes relacionados à produção da farinha sejam compartilhados entre as gerações por meio da convivência cotidiana e da experiência prática.

As entrevistas realizadas com os produtores da comunidade reforçam essa dimensão familiar e coletiva do trabalho. Em relato concedido durante a pesquisa, Paulo

Vitor Ramos explicou que a utilização das casas de farinha ocorre de forma compartilhada entre os núcleos familiares da comunidade:

"Eu não tenho minha própria casa de farinha, aqui é dividido por família. Tem quatro casas de farinha, que são divididas por núcleo familiar. Em média, são cinco famílias cada casa de farinha. Eu faço para o consumo e para vender, mas a maior parte é para a venda mesmo." (Paulo Vitor Ramos, entrevista realizada em 2026).

O depoimento evidencia que a produção da farinha não se organiza apenas em torno do trabalho individual, mas envolve relações de cooperação construídas entre as famílias da comunidade. A utilização compartilhada das casas de farinha demonstra a permanência de formas coletivas de organização do trabalho que contribuem para a manutenção da atividade produtiva e para a transmissão dos conhecimentos associados ao beneficiamento da mandioca.

Essa dinâmica também pode ser observada na descrição do processo produtivo realizada por Célio Vitorino, produtor de farinha há mais de cinquenta anos na comunidade. Ao explicar as etapas necessárias para a obtenção da farinha, o entrevistado detalha um conjunto de procedimentos que se inicia ainda no cultivo da mandioca e se estende até o ensacamento do produto final:

"Preparar a terra, plantar a maniva, fazer a limpeza, adubação e depois fazer a colheita. Aí no processo da farinha é arrancar a mandioca, lavar, botar no tanque, depois fazer a lavagem da farinha, passar na peneiração e no outro dia começa a torração. Vai para o forno, torra a farinha, passa na forrageira e depois embala em sacos." (Célio Vitorino, entrevista em março 2026).

A fala do entrevistado demonstra que a produção da farinha envolve conhecimentos específicos acumulados ao longo de décadas de experiência. Mais do que uma sequência de técnicas produtivas, esse processo expressa saberes construídos historicamente e compartilhados entre diferentes gerações de moradores, constituindo um dos principais patrimônios culturais da comunidade quilombola Tipitinga.

Uma das etapas mais importantes do processo corresponde à torração da farinha. É nesse momento que a massa beneficiada é submetida ao calor do forno, exigindo atenção constante dos trabalhadores para garantir a qualidade do produto final. Os entrevistados destacam que essa atividade requer experiência e conhecimento acumulado, uma vez que aspectos como temperatura, tempo de torração e movimentação da massa influenciam diretamente nas características da farinha produzida.

Figura 12 – Torração da farinha de mandioca em forno tradicional utilizado pelos moradores da comunidade Tipitinga.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

A imagem evidencia a etapa de torração da farinha de mandioca, momento em que os conhecimentos tradicionais dos produtores são colocados em prática. O domínio dessa atividade exige experiência, atenção e habilidade no controle do calor e da movimentação constante da massa, aspectos que contribuem para a obtenção de um produto com características próprias e reconhecidas pelos moradores da comunidade.

Figura 13 - Forno tradicional utilizado na produção da farinha de mandioca na comunidade Tipitinga.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

O forno ocupa posição central no processo de produção da farinha de mandioca, constituindo um dos principais elementos da casa de farinha. É nesse espaço que ocorre a etapa de torração, responsável por conferir ao produto final características como textura, coloração e qualidade. Além de sua função prática, o forno representa a materialização de conhecimentos tradicionais acumulados ao longo das gerações, sendo fundamental para a manutenção dos modos de fazer que caracterizam a produção da farinha na comunidade quilombola Tipitinga.

Após a torração, a farinha passa pelas etapas de resfriamento, armazenamento e ensacamento. Nesse momento, o produto já se encontra pronto para o consumo das famílias e para a comercialização nos mercados da região.

Figuras 14 e 15 - Ensacamento da farinha destinada ao consumo e à comercialização.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

As imagens acima retratam a etapa final do processo produtivo da farinha de mandioca, quando o produto já beneficiado é ensacado para armazenamento e comercialização.

Esse momento simboliza a conclusão de um conjunto de práticas e conhecimentos transmitidos entre gerações, refletindo o trabalho realizado pelos produtores desde o cultivo da mandioca até a finalização da farinha. Nesse processo, os saberes são compartilhados por meio da convivência cotidiana e da participação direta nas atividades produtivas. Conforme destaca Brandão (2007), grande parte dos conhecimentos produzidos nas comunidades tradicionais é construída coletivamente e transmitida através das experiências vividas e das relações estabelecidas no cotidiano. Dessa forma, a produção da farinha na comunidade quilombola Tipitinga constitui não apenas uma atividade econômica, mas também um importante espaço de aprendizagem, transmissão de saberes e fortalecimento da identidade comunitária.

Os relatos dos moradores indicam que muitas das técnicas utilizadas atualmente são resultado de conhecimentos herdados dos antepassados. Embora algumas adaptações tenham sido incorporadas ao longo do tempo, especialmente com a utilização de equipamentos que facilitam determinadas etapas do trabalho, os princípios fundamentais da produção permanecem fortemente vinculados aos saberes tradicionais da comunidade.

Essa permanência pode ser compreendida a partir da perspectiva da memória coletiva. Conforme argumenta Pollak (1992), as memórias compartilhadas desempenham papel fundamental na preservação das identidades sociais, permitindo que os grupos mantenham vivas experiências consideradas significativas para sua trajetória histórica. No Tipitinga, os saberes relacionados à farinha constituem parte dessa memória coletiva,

sendo constantemente atualizados por meio das práticas cotidianas desenvolvidas pelos moradores.

Além de sua importância econômica, a produção da farinha representa um importante patrimônio cultural da comunidade. Os conhecimentos associados ao cultivo da mandioca, ao funcionamento da casa de farinha e às técnicas de beneficiamento constituem elementos fundamentais para a preservação da identidade quilombola e para a continuidade dos modos de vida construídos historicamente pelos moradores.

Dessa forma, os modos de fazer da farinha na comunidade quilombola Tipitinga revelam a permanência de saberes tradicionais transmitidos entre gerações. Mais do que uma atividade produtiva, a fabricação da farinha representa um espaço de aprendizagem, convivência e fortalecimento da memória coletiva, reafirmando os vínculos existentes entre trabalho, território e identidade comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a trajetória histórica da comunidade quilombola Tipitinga, localizada no município de Santa Luzia do Pará, destacando a importância da produção da farinha de mandioca como elemento constitutivo da identidade, da memória e dos saberes tradicionais preservados pelos moradores. A partir da realização de pesquisa de campo, observação direta e entrevistas com moradores da comunidade, foi possível conhecer aspectos fundamentais de sua formação histórica, de sua organização social e das práticas culturais que continuam sendo transmitidas entre as gerações.

Os resultados da pesquisa demonstram que a história da comunidade está profundamente relacionada à permanência das famílias no território e à preservação de conhecimentos herdados dos antepassados. As narrativas dos entrevistados demonstraram que a memória coletiva ocupa papel central na construção da identidade comunitária, permitindo que experiências, valores e saberes sejam compartilhados e atualizados ao longo do tempo. Nesse sentido, conforme destaca Pollak (1992), a memória constitui importante elemento de fortalecimento das identidades sociais, aspecto que se manifesta de forma significativa na realidade da comunidade Tipitinga.

A pesquisa também permitiu compreender a relevância do território para a constituição da identidade quilombola. A conquista da titulação coletiva das terras, obtida em 2008 após anos de mobilização comunitária, representa não apenas uma garantia

jurídica, mas o reconhecimento de uma trajetória histórica marcada pela luta, pela resistência e pelo fortalecimento dos vínculos entre os moradores e seus ancestrais. Conforme argumenta Munanga (2006), o território constitui dimensão fundamental para a construção da identidade quilombola, uma vez que nele se materializam as relações sociais, culturais e históricas que caracterizam essas comunidades.

Outro aspecto evidenciado pelo estudo refere-se à importância da organização comunitária para a conquista de direitos e melhorias para os moradores. A atuação da Associação dos Moradores Quilombolas do Tipitinga (AMORQUIT), bem como o protagonismo de lideranças locais, demonstram a capacidade de mobilização da comunidade na busca por melhores condições de vida, acesso a políticas públicas e fortalecimento de sua identidade coletiva.

No campo da educação, a pesquisa revelou a valorização do ensino como elemento presente na trajetória da comunidade há várias gerações. A história da Escola Maria Tiaga e os relatos dos moradores demonstram que a educação ocupa papel relevante na formação das novas gerações, contribuindo para a preservação da memória local e para o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Entretanto, foi na produção da farinha de mandioca que se tornou mais evidente a articulação entre memória, identidade e saberes tradicionais. Ao longo da pesquisa, constatou-se que a farinha ultrapassa sua dimensão econômica, constituindo um importante patrimônio cultural da comunidade. Os conhecimentos relacionados ao cultivo da mandioca, ao funcionamento da casa de farinha e às diferentes etapas do beneficiamento são transmitidos entre gerações por meio da convivência familiar, da observação e da prática cotidiana, garantindo a continuidade de saberes construídos historicamente pelos moradores.

Nesse contexto, as contribuições de Diegues (2000) permitem compreender que os saberes tradicionais constituem formas específicas de conhecimento produzidas pelas populações tradicionais em sua relação com o território e com os recursos disponíveis em seu ambiente. Na comunidade Tipitinga, esses conhecimentos permanecem vivos por meio das práticas associadas à produção da farinha, reafirmando a importância da cultura local e da transmissão intergeracional dos saberes.

Dessa forma, conclui-se que a comunidade quilombola Tipitinga constitui um importante espaço de preservação da memória, da identidade e dos conhecimentos tradicionais. A produção da farinha de mandioca, além de contribuir para a subsistência e geração de renda das famílias, representa um elemento fundamental na manutenção dos

modos de vida e das práticas culturais construídas ao longo da história da comunidade. Ao valorizar as narrativas dos moradores e os saberes produzidos no cotidiano comunitário, esta pesquisa contribui para ampliar a visibilidade da história do Tipitinga e para o reconhecimento da importância das comunidades quilombolas na preservação do patrimônio cultural e da diversidade social da Amazônia paraense.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para futuras pesquisas sobre comunidades quilombolas e saberes tradicionais, bem como para o fortalecimento de ações voltadas à valorização da memória, da cultura e das formas de organização social presentes nesses territórios.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 49. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 56-63, dez./fev. 1995-1996.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARAÚJO, Arivaldo Silva de. Comunidade quilombola do tipitinga : organização, identidade e direito à terra. Ano 2015.
- NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo Histórico-cultural da população afro-brasileira. Coleção Sankofa, vol. 4. Universidade das Quebradas, Rio de Janeiro, 2013.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos
Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos
A599 Quilombos no Brasil -Primeira Configuração Espacial /Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. - Brasília : Edição do Autor, 1999.
- MUNIZ, E. S., Dias, E. G. 2019. Farinha como patrimônio: saberes e indicação geográfica no Nordeste paraense, in Direitos dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas em contextos de retrocessos. Editado por Brito, C. S, pp. 75-88. Curitiba: Editora CRV.